



ACÓRDÃO Nº297/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12166/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA São Raimundo
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sra. Ana Valeria Costa de Matos e o Sr. Josenildo dos Santos Silva
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5125/2021-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo - SPA São Raimundo. Exercício de 2019.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.
Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel a Sra. Ana Valeria Costa de Matos**, na forma do art. 20, §4º da lei 2.423/96;
- 10.2. **Considerar revel o Sr. Josenildo dos Santos Silva**, na forma do art. 20, §4º da lei 2.423/96;
- 10.3. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento São Raimundo-SPA São Raimundo, exercício de 2019, de responsabilidade da Sra. Ana Valeria Costa de Matos**, com fundamento no artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual nº 2423/96;
- 10.4. **Aplicar Multa à Sra. Ana Valeria Costa de Matos, no valor de R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fundamento no art. 54, inciso VI, da Lei n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no bojo da Proposta de Voto, elencadas no relatório de fls.



ACÓRDÃO Nº297/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

280/327, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Josenildo dos Santos Silva, no valor de R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fundamento no art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no bojo da Proposta de Voto, elencadas no relatório de fls. 280/327, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Considerar em Alcance a Sra. Ana Valeria Costa de Matos e o Sr. Josenildo dos Santos Silva**, de forma solidária, no valor de **R\$ 2.887,53** (dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), com fulcro no artigo 304, incisos III e IV da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, em razão de prejuízos consubstanciados no pagamento de juros e multas durante o exercício de 2019, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM;
- 10.7. Determinar** que os responsáveis atendam as Diligências dessa Corte de Contas, conforme determina o art. 54, inciso IV da Lei nº 2424/96 (Lei Orgânica – TCE/AM) c/c o art. 308, inciso I, alínea "a" da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno – TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº297/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.8. Dar ciência a Sra. Ana Valeria Costa de Matos e aos demais responsáveis, acerca do desfecho dos autos.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Fevereiro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição